

Comissão oficial, a causa do ataque guajajara

Invadir, a opção dos posseiros

Foi assim — acuados pelo avanço das grandes empresas agropecuárias — que, no início desta década, cerca de uma dezena de migrantes da localidade de lago do Coco, na zona maranhense, chegaram às margens do rio Zutuia, acompanhando a abertura da via MA-1, construída para o acesso a uma área de 1,7 milhão de hectares que o governo maranhense, ilegalmente, já que não discriminou judicialmente essas terras, reservou para a instalação de propriedades de 25 mil hectares. Com o tempo, os posseiros instalados nessa área foram expulsos pelos novos donos da terra. E não tiveram outra opção a não ser invadir as terras da reserva dos guajajaras, que eles consideravam mais fracos.

Os guajajaras talvez constituam grupo tribal que mais sofreu no Norte do país, com o avanço das frentes pioneiras. Contraindo doenças desconhecidas, como a gripe e o sarampo, que dizimaram grande parte da população, vendo suas mulheres prostituídas pelos brancos e sua cultura — sobretudo a segunda — esfacelada, os guajajaras decidiram, a partir do início deste ano, não tolerar mais a presença dos brancos em suas terras.

Na época, foi determinado o prazo de 31 de julho para que todos os invasores se retirassem da reserva, prazo que expirou sem ser cumprido. Outro prazo foi concedido — fim

de setembro —, ao mesmo tempo em que os guajajaras expulsavam os posseiros que habitavam isoladamente áreas dentro da reserva, queimando suas casas. Mais de 100 casas foram queimadas nesse período. Foi ainda em setembro que 11 caciques guajajaras prometeram que, se até novembro os brancos não tivessem saído, as consequências seriam ainda mais sérias.

Ao meio-dia de segunda-feira os guajajaras resolveram colocar em prática suas repetidas ameaças. Cerca de 200 índios, acompanhados do chefe do posto de Angico Torto, Mário Murici, desceram a estrada na direção do povoado de Marajá, armados de arcos, flechas, bordunas e espingardas, que haviam tomado dos invasores durante escaramuças anteriores. Uma hora e meia mais tarde, pararam no acampamento da construtora EIT, onde Mário Murici conseguiu uma caçamba emprestada para transportar os índios até o povoado. Mário ia na frente, num jipe da Funai.

Só havia quase mulheres no povoado, porque os homens estavam nas roças naquela hora. Tirando os moradores de suas casas, ameaçando-os com as armas, saqueando o que podia ser levado, os índios ateavam fogo às casas de pau-a-pique, cumprindo um velho hábito do grupo: para os guajajaras essa é a garantia de que os brancos não voltarão.

Depois de saquear e incendiar o povoado, os índios voltavam para o posto de Angico Torto, quando resolveram parar na casa de João Antonio dos Santos. O que ocorreu ali ainda está por ser apurado no inquérito instaurado pela subdelegacia de Arame, localidade situada a 12 quilômetros de Marajá, também em área indígena. De qualquer forma, a versão do ataque difere daquela apresentada pela nota oficial da Funai. Sabe-se que houve luta e que Mário Murici saiu levemente ferido. O posseiro João Antonio dos Santos e seu filho morreram em consequência de golpes de borduna, tiros de espingarda, e revólver e fetcadas.

Apesar da violência — ou talvez por causa dela — a população expulsa de Marajá não se mostra “com raiva dos índios”, mas apenas desolada. Muitos lembram que o governador Nunes Freire, há um mês, durante a visita do general Ismarth de Araujo Oliveira a São Luis, “prometeu arranjar um pedaço de terra para a gente ter onde ir quando saísse daqui”. Segundo essa gente, acostumada a ser expulsa das terras, desde o Nordeste, origem comum da maioria deles, “se dissesse que era para sair logo o povo saía. Mas ele disse que ia encontrar uma solução, que mandava avisar à gente, que não era para derrubar as casas. O povo confiou no governador e veja a desolação”.

De fato, o governo maranhense e a presidência da Funai concordaram em procurar uma área para alojar os posseiros que se encontravam na área indígena. No entanto, pouco foi feito. Talvez porque as autoridades não tenham achado o problema “tão grave quanto a imprensa noticiou”, como disse o presidente da Funai, dois dias depois de visitar Marajá. Ou talvez porque a região reclamada pelos guajajaras envolva interesses poderosos, pois algumas grandes propriedades foram acusadas de invadir a área indígena.

O próprio governo maranhense contribuiu para conturbar ainda mais a situação, vendendo e doando terras dentro da reserva indígena. Depois de reservar 300 mil hectares para os guajajaras, doou uma vasta área aos padres capuchinhos, próxima ao posto indígena de Canabrava, onde existem mais de 10 mil invasores reunidos em três povoados: Alto Alegre, São Pedro e Centro Velho. Mais tarde, a Companhia Maranhense de Colonização loteou uma área dentro da reserva para negociar com grandes empresas. E mesmo depois de ter tentado corrigir o erro, permitiu que a Agropecuária Capoeira permanecesse dentro da área dos índios.

O Departamento de Desenvolvimento Agrário da Secretaria

de Agricultura do Estado também vendeu terras pertencentes aos guajajaras, cujos títulos estão sendo contestados pela Funai na Justiça Federal no Maranhão. Por fim, as distorções fundiárias existentes no Maranhão provocaram o aparecimento da grilagem, que não dispensou a reserva dos guajajaras. Tanto que o INCRA também está questionando títulos da fazenda Fortaleza do Baluarte, localizada próximo ao posto de Angico Torto. Como se não bastassem todas essas irregularidades, o governador maranhense, Nunes Freire, também admitiu, durante a visita do general Ismarth a São Luis, que possui uma área naquela região.

Por tudo isso, a posição da Funai tornou-se bastante delicada junto aos índios. Não sabia explicar a causa dos malogros sucessivos na retirada dos brancos invasores. E não conseguia encontrar uma solução para eles. A verdade é que a política de resolver as coisas com “parcimônia” defendida pela Funai, obteve por algum tempo a compreensão e a paciência dos guajajaras, embora tenha fracassado junto aos civilizados: os posseiros, cansados de migrar de região para região, e, mais que estes, os grandes proprietários, naturalmente defendendo seus interesses. Agora, nem os índios aceitam a situação.

Doentes — muitos deles estão tuberculosos — vendo a caca e os peixes de seus rios desaparecerem, suas mulheres sendo aviltadas pelos brancos, dependendo cada vez mais da sociedade civilizada, aos guajajaras não restou outra opção. Sua tragédia é uma advertência do que poderá acontecer quando as últimas populações indígenas do país principalmente aquelas localizadas na Amazônia, forem alcançadas pelas frentes pioneiras, estimuladas pelo governo em sua política de ocupação.

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Estado de S. Paulo

Class.: 20 (cont.)

Data: 21/11/75

Pg.: _____

RAYMUNDO DE SOUZA

 COSTA

Enviado Especial

21/11/75

Do alto da barranca, ao lado da estrada que separa a reserva dos índios guajaras das terras pertencentes à Companhia Maranhense de Colonização, avista-se, às margens do fértil vale do rio Zutiua, os escombros do povoado de Marajá. Ele foi destruído, no início desta semana, por cerca de 200 índios, revoltados com a presença do branco em suas terras e impacientes com a demora do governo em apresentar a solução prometida pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, para o problema das invasões.

Ao longo da estrada, as famílias de posseiros expulsas andam sem rumo certo, seguidas pelos cachorros, e levando consigo os poucos pertences que conseguiram resgatar após o ataque. O número de desabrigados é impreciso, mas pode chegar a mil pessoas. Os índios queimaram 83 casas, mas o restante da população cujas casas não foram incendiadas, temendo um novo ataque, também abandonou Marajá. Ao longo de 30 quilômetros de estrada, a cena é a mesma: dezenas de famílias esperando que alguma coisa aconteça.

Até o momento não se tem conhecimento de qualquer medida adotada pelo governo maranhense para, ao menos, minorar o problema social provocado pelo ataque ao povoado. A tendência é que novos problemas sejam criados, porque as famílias desabrigadas estão invadindo terras pertencentes às grandes empresas que instalaram projetos agropecuários na região do rio Buriticupu. É certo que os posseiros serão expulsos dessas terras.

A entrada do que restou do povoado de Marajá, duas cruzeiras feitas com galhos de árvores, encravadas sobre as sepulturas dos migrantes João Antonio dos Santos, de 60 anos, e seu filho, Manoel Luiz dos Santos, 16 anos, vindos de Serra Talhada, no interior de Pernambuco, atestam a extraordinária capacidade das autoridades em minimizar determinados problemas adiantando indefinidamente providências necessárias e urgentes, que só exigiriam coragem. Talvez a mesma que os dois migrantes pernambucanos demonstraram ao enfrentar os índios.

Essa foi a principal causa do conflito. Ninguém tem mais dúvidas.

A destruição de Marajá revela uma dupla tragédia: o abandono das populações indígenas brasileiras, principalmente as do Norte do País, e as distorções da política fundiária aplicada na região. Com a instalação de grandes agropecuárias em regiões distantes, como a do rio Buriticupu, onde habitam os guajaras, começa a história de Marajá, semelhante às histórias das pequenas localidades que surgiram com a abertura de estradas e em função da penetração das frentes econômicas pioneiras, incentivadas pelo apoio do governo à instalação de grandes latifúndios na Amazônia.